



“RESTO DOS POVOS QUE JÁ MORRERAM”: COLECIONISMO DE MATERIAL ARQUEOLÓGICO NO DISTRITO DA FREGUESIA DO ANDIRÁ – BARREIRINHA-AMAZONAS

“Rest of the people who die already”: archaeological material collectionism in the Freguesia do Andirá District– Barreirinha - Amazonas

Daiane Cristina Souza de Souza¹

Clarice Bianchezzi²

Resumo

O presente artigo apresenta algumas das coleções arqueológicas que estão sobre a guarda de moradores do Distrito de Freguesia do Andirá, local riquíssimo em vestígios arqueológicos. Esta pesquisa contou com a colaboração da comunidade através de rodas de conversas informais, questionários e observação, que possibilitaram conhecer os sujeitos que guardam essas coletâneas e que se mostraram interessados em nos ajudar compartilhando os saberes, histórias de vidas que relacionadas as cerâmicas de índio, trazendo elementos e informações de como suas coleções foram sendo formadas, da relação com as mesmas e de como foram sendo separadas e guardadas entre as milhares de peças que se encontram pela comunidade.

Palavras-chave: coleções arqueológicas; narrativas; ressignificações; Freguesia do Andirá.

Abstract

The present article presents some of the archaeological collections that are about the guardianship of the residents of the Distrito de Freguesia do Andirá, very rich in archaeological remains. This research had the collaboration of the community through informal conversation, questionnaire and observation wheels, which made it possible to meet the subjects who keep these collections and who showed interest in helping us share the knowledge, life histories related to Indian ceramics, bringing elements and information about how their collections were being formed, their relationship with them and how they were separated and stored among the thousands of pieces that are spread throughout the community.

Keywords: archaeological collections; narratives; re-significances; Freguesia do Andirá.

Introdução

O Distrito de Freguesia do Andirá está localizado a 11 km do município de Barreirinha, estado do Amazonas, na margem esquerda do rio Andirá. Nesta localidade a incidência de materiais arqueológicos é de “grande porte e alta relevância” (LIMA, 2005, p. 41).

¹ Licenciada em História no Centro de Estudos Superiores de Parintins (CESP) da Universidade do Estado do Amazonas (UEA). Membro do Grupo de Pesquisas em Educação, Patrimônio, Arqueometria e Ambiente na Amazônia (GEPIA).

² Mestre em Educação pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e doutoranda em Antropologia – Área de Concentração: Arqueologia na Universidade Federal do Pará (UFPA). Professora do Colegiado de História da Universidade do Estado do Amazonas. Vice-coordenadora do Grupo de Pesquisas em Educação, Patrimônio, Arqueometria e Ambiente na Amazônia (GEPIA).



O afloramento de materiais arqueológicos na Amazônia, proporciona aos pesquisadores fazer uma reconstrução da História dos povos que se estabeleceram no Baixo Amazonas no passado distante. As pesquisas realizadas a partir dos vestígios encontrados como da produção cerâmica ajuda a compreender essa história, a entender como essas sociedades se organizavam e se alimentavam.

Pensando nisso, este trabalho apresenta o colecionismo³ de cerâmicas arqueológicas do Distrito da Freguesia do Andirá, pertencente ao município de Barreirinha, que fica distante, aproximadamente, 337 km de Manaus, capital do estado do Amazonas (em linha reta) e 42 km (em linha reta) de Parintins, com acesso via fluvial. Os motivos para o desenvolvimento deste trabalho estão relacionados à constatação da existência de pouquíssimas pesquisas na comunidade sobre este tema, significando uma contribuição futura para outras pesquisas e, finalmente, a contribuição e valorização da história local da comunidade e da Amazônia. Assim, apresenta-se aqui seis coleções domésticas desse Distrito, onde a incidência de vestígios arqueológicos está presente nas ruas e quintais, na expectativa de contribuir para salvaguarda e educação histórica.

A coleta de dados deu-se por meio do contato direto com os moradores dentro da comunidade, através conversas, questionários e observação, o que foi devidamente registrado no caderno de campo. Para organizar e realizar a descrição das coleções domésticas de cerâmica arqueológica e materiais líticos da localidade foi efetuado o registro fotográfico e no embasamento teórico valeu-se das ideias do autores que discutem o tema e desenvolvem pesquisas na Amazônia, como Bezerra (2011,2013,2014); Gomes (2002); Lima, (2005); Neves (2006); Troufflard (2012).

Na pesquisa identificou-se que as coleções domésticas de cerâmica arqueológica, objeto deste estudo, na Freguesia do Andirá, variam de 1 a 69 peças. O trabalho contou com a importante cooperação dos moradores do Distrito, que permitiram o registro fotográfico de suas coleções e descreveram como cada conjunto foi sendo formado.

³ Usamos este termo por se tratar de uma prática social de coletar, cuidar/guardar e preservar artefatos arqueológicos, sendo que as pessoas que coletam e guardam mantêm relação afetiva com esses objetos, diferenciadas das relações utilizadas por instituições públicas e privadas como é o caso dos museus (conf. TROUFFLARD, 2012).



Amazônia e a cerâmica: vestígios da presença humana no passado e presente

Há muito tempo foi refutada a ideia de que a Amazônia era capaz de abrigar uma densa população pré-colonial, uma vez que a fauna era escassa, o solo pobre e que dificilmente produziria algo que sustentasse e desenvolvesse grande número de indivíduos, limitando-os, tanto em números quanto culturalmente.

Essa ideia equivocada e avessa da realidade se estendeu por muitos anos dentro da História, mas “a arqueologia mostra que essa é uma falsa premissa” (NEVES, 2006, p.7), já que, os trabalhos desenvolvidos nessa área apontam que as cerâmicas com datas mais antigas encontradas na América do Sul, são dos povos amazônicos. Nestor Kämpf e Dirse C. Kern apontam em seus estudos que:

Evidências arqueológicas, etno-históricas e etnográficas recentes indicam que no pré-histórico tardio a população indígena da Amazônia era muito mais densa e numerosa do que a população indígena atual, concentrando-se em assentamentos ao longo dos rios e em parte da terra firme interior. (KÄMPF e KERN, 2005, p. 311)

Daí a importância de pensar o valor dos estudos arqueológicos na Amazônia e da implantação de novas tecnologias para desenvolvê-los, pois estes trabalhos “contribuí para o arruinamento de outras lógicas de conhecimento e para a instrumentalização do patrimônio” (BEZERRA, 2013, p. 116), permitindo que haja a preservação e a valorização, por parte dos indivíduos, sobre o valor histórico da cultura material, fonte de pesquisa para arqueologia e história.

Logo, os estudos da arqueologia permitiram reavaliar as primeiras pesquisas, como a realizada pela antropóloga Betty J. Meggers, que via a Amazônia como “um paraíso ilusório” (GOMES, 2002, p. 51) e que todos os vestígios de vida humana que foram encontrados na América do Sul, eram trazidos de outros lugares mais propícios a vida humana como a região dos Andes, considerando “a Amazônia como recipiente de influências culturais” (GOMES, 2002, p. 55).

Mas, as constantes pesquisas nesta área, foram desencadeando outros olhares sobre a ocupação amazônica. Donald W. Lathrap por exemplo, acreditava que a Amazônia foi berço



das principais inovações tecnológicas, dando destaque para a agricultura e a produção de cerâmicas. Gomes afirma que:

Se a floresta tropical, especialmente a região de várzea, é vista por Lathrap como o local de origem da agricultura no Novo Mundo, o mesmo ocorre com a cerâmica. A interpretação de Lathrap sobre a distribuição dos complexos cerâmicos tem também como ponto de partida a Amazônia Central. (GOMES, 2002, p. 59).

Anna C. Roosevelt por sua vez, destacou em suas pesquisas que ao contrário do que se pensava, a Amazônia era portadora de elementos propícios a vida humana, capaz de abrigar “sociedades complexas na floresta tropical” (GOMES, 2002, p. 61), mudando a forma como os pesquisadores descreviam as populações que aqui viveram.

Percebe-se assim a importância das pesquisas arqueológicas que evidenciaram os complexos e grupos diversos, que foram capazes de desenvolver políticas econômicas e sociais, além de saberes fundamentais adquiridos no contato com a natureza amazônica, de qual tiravam recursos que foram relevantes para sobrevivência desses indivíduos (NEVES, 2006), antecedendo a agricultura, como destaca Eduardo Neves:

Elas mostram, em primeiro lugar, que, há cerca de 11.000 anos, havia no continente populações com diferentes tipos de economia: algumas eram especializadas na exploração de recursos marinhos; outras, como na Amazônia, tinham economias diversificadas; enquanto outras ainda eram especializadas na caça. Os dados obtidos em diferentes partes da Amazônia mostram que, de fato, a floresta tropical foi ocupada antes do advento da agricultura, ou seja, por populações com economias baseadas em caça, pesca e coleta (NEVES, 2006, p.24-25).

Com o modo de vida sedentário das populações indígenas e à medida que a atividade agrícola foi se desenvolvendo, foram criando artifícios que ajudassem na colheita e que protegessem os alimentos da umidade e de animais, nessa perspectiva se desenvolveu a produção ceramista. Esta tecnologia foi muito importante para que os grupos humanos que habitaram essa região no passado garantissem o armazenamento de alimentos e os utensílios básicos para suprir a necessidade da vida diária.

A complexidade da cerâmica não revela somente a sua função, mas as diversificações regionais e culturais dos povos que habitavam a Amazônia, os materiais utilizados na sua produção e as técnicas. Elementos como o caripé e o cauixi, foram adicionados na argila coletada na região, marcando características na fabricação das cerâmicas. Os objetos foram



ganhando formas e cores ao longo do tempo, com desenhos e traçados muito peculiares, cheios de significados que vão se resignificando à medida que as sociedades humanas foram se transformando (MORAES; NEVES, 2012).

Esses materiais arqueológicos eram produzidos como objetos utilitários do dia a dia, até mesmo como moeda de troca com outros povos e para rituais religiosos. Os resquícios desses vestígios têm sido encontrados na atualidade e guardados pelos moradores do Distrito de Freguesia do Andirá onde “verificam-se centenas, ou milhares, de fragmentos cerâmicos por toda a superfície da comunidade” (LIMA, 2005, p. 41), formando assim as coleções particulares.

Ao fazer uma caminhada pelas ruas da comunidade, observa-se que a medida que se afastam dos terrenos da “beira” do rio, os materiais vão diminuindo até chegar a um ponto em que já não se encontram mais os cacos de cerâmicas na superfície do solo, mais ou menos 300m de distante da margem, o que não quer dizer que abaixo da superfície não estejam presentes. Importante relatar isso, pois os vestígios demonstram que as populações indígenas teriam se fixado próximo ao rio, uma vez que ali foram encontradas uma quantidade consideravelmente grande de vestígios arqueológicos.

A presença de Terra Preta de Índio (TPI), rica em nutrientes para as plantas cultivadas na agricultura é outro indício da presença de populações indígenas que ocuparam a Amazônia (KÄMPF; KERN, 2005). Na comunidade de Freguesia do Andirá “a camada arqueológica, de terra preta, tem até 70 cm de profundidade. As dimensões estimadas do sítio são de 3.000m por 700m, sendo que seu eixo maior acompanha o leito do rio” (LIMA, 2005, p. 41).

Nesta localidade, a TPI é encontrada em porção considerável da comunidade, principalmente, em áreas próximas ao rio. Essas áreas de terra são muito utilizadas pelos residentes da localidade para fazer seus roçados para plantio e cultivo de macaxeira, milho, feijão, jerimum, etc. Segundo as pesquisas de Kämpf e Kern, as TPIs são:

Locais de antigos assentamentos contendo artefatos culturais, cuja coloração escura se deve principalmente ao material orgânico decomposto, em parte na forma de carvão, como resíduo de fogueiras domésticas e de queimadas para uso agrícola do solo. Por isso, o teor de carbono orgânico (CO) nas TPIs é elevado, bem como o de P, Ca e Mg, resultantes de cinzas, de resíduos de peixes, conchas, caça e dejetos humanos. Em consequência, a fertilidade da TPI é significativamente superior à da maioria dos solos amazônicos, que são lixiviados e ácidos, não afetados pela atividade humana pré-histórica (Eden et al., 1984; Kern & Kämpf, 1989; Rodrigues, 1993;



Woods & McCann, 1999; McCann et al., 2001; Lima et al., 2002). (KÄMPF; KERN, 2005, p. 286)

É muito importante que estudos possam ser realizados nesses locais, já que ali é um grande sítio arqueológico, se faz necessários que sejam promovidos palestras e debates sobre o tema, para que os residentes evitem que esses materiais saiam da localidade através da comercialização (ilegal) pode lhes causar complicações com a Justiça Federal, embora anteriormente:

Esforços têm se mostrado insuficientes no combate ao saque, ao vandalismo e ao tráfico de peças arqueológicas: uma realidade crescente na Amazônia. Os fatores que mais contribuem para a degradação do patrimônio são: 1) o tráfico de peças arqueológicas; 2) a retirada de terra preta para comercialização; 3) a implantação de projetos de desenvolvimento; e 4) o turismo desordenado (SCHAAN, 2007; LIMA, 2007).

É importante que se façam esses diálogos para que esses indivíduos liderem movimentos de educação histórica a partir deste contato, isso, conseqüentemente, contribuirá no processo de salvaguarda desses materiais arqueológicos, importantíssimos para contar a história da ocupação humana no passado no Distrito de Freguesia do Andirá.

As coleções domésticas: muitos cacos, muitas histórias!

As cerâmicas aparecem com muita frequência devido a ação das chuvas, debarrancamento de terras a margem do rio e até na vazante quando se formam praias as margens do rio Andirá que fica repleta de cacos cerâmicos. Afloram da terra quando são realizados trabalhos para aberturas de ruas ou de fossas negras e na preparação da terra para o uso na agricultura.

A maioria das peças que as pessoas encontram estão nos seus quintais, já que “frequentemente, cidades contemporâneas estão localizadas sobre sítios arqueológicos” (NEVES, 2006, p. 10), mas o afloramento é mais perceptível nas que estão em terreno de “ribanceira”, perto do rio Andirá. Segundo os moradores, ali já foi uma área cercada de grandes árvores com muita vegetação, característico de ocupação por sociedades humanas no passado amazônico.



Figura 01: Caco cerâmico semi-enterrado



Fonte: D. C S. de Souza (2017).

Figura 02: Cacos de cerâmica aflorando no solo



Fonte: D. C S. de Souza (2017).

Essas coleções são guardadas pelos residentes, a fim de resguardá-las, um ato intuitivo de proteção, muito embora haja relatos de comercialização das peças, o que também foi evidenciado pelo estudo da arqueóloga Helena Lima (2005) no levantamento arqueológico no Médio Amazonas:

Obtivemos informações de que inúmeros recipientes inteiros foram retirados do local: moradores dizem que sempre que se escava o solo encontram-se potes diversos. No entanto, poucos guardam os objetos em suas residências “porque ninguém dá valor”, diz o presidente da comunidade, o Sr. Manoel Pinheiro. A única pessoa que se interessa por isso, dizem, é a Sra. Maria Aparecida de Melo (esposa do poeta Thiago de Melo), que recolhe e compra materiais arqueológicos do local e os “leva embora para São Paulo” (LIMA, 2005, p. 41).

Essas coleções de peças encontram-se em locais protegidos como armários, envoltos em papéis, protegidos da umidade, como é o caso da professora Elizabete com 14 peças guardadas em baldes de plásticos, antigos vasilhames de manteiga. Já as crianças guardam suas coleções embaixo de “assoalhos” das casas, uma delas possui 35 peças. Mesmo armazenados de maneiras diferentes percebe-se o apego às peças, já que são guardadas, diferindo também os significados para ambos. Enquanto para a professora tem valor histórico, para as crianças o que chama a atenção são as formas, contornos e desenhos que apresentam.

Segundo a professora Elizabete e as crianças, as peças foram recolhidas nos quintais de suas propriedades ou de seus familiares e na praia que se forma com a vazante do rio, onde há



bastantes materiais espalhados. A praia fica mais ou menos a 60 metros do centro cultural da comunidade, em linha reta, local que tem em seu entorno quantidades significativas de materiais fragmentados sobre o solo.

As narrativas sobre as coleções e suas ressignificações

Os vestígios arqueológicos encontrados são ressignificações pelos residentes à medida que entram em contato com a cultura e crenças contemporânea. Os principais motivadores para que os moradores colecionassem esses materiais consiste na beleza que identificam nos cacos guardando-os e a curiosidade de como foram confeccionados.

A falta de informações sobre os artefatos e legislação sobre patrimônio arqueológico, fez com que algumas pessoas comercializassem ou doassem as peças que encontravam, pois o interesse sobre o assunto ainda é pequeno e preocupa, uma vez que, quando argumentava-se que a pesquisa estava ligada a formação em História, alguns moradores indagavam: “*mas pra que vocês vão falar sobre essas coisas, nem dá pra saber pra que servia esses bagulhos?*”(dona Romilda⁴)”.

Ao serem questionadas sobre as peças encontradas, relatam que não veem utilidade para as mesmas. Talvez isso se deva pelo fato de serem fragmentos, de não se perceber utilidade imediata de uso, mas também por terem sido produzidas por povos indígenas, que têm no imaginário atual herança estereotipada, resultado do processo cultural enraizada pelo homem branco nos tempos coloniais, de que o índio era alguém sem alma e sem valor.

Muito embora, mesmo que algumas pessoas relatem que o material arqueológico encontrado na comunidade não seja de relevância, ganham ressignificações por parte de outras, revelando que elas têm laços afetivos com os objetos (cacos), seja estético ou outro qualquer, que os levam a guardar aquele material. Portanto, os colecionadores acabam por dar valor aos fragmentos, ainda que não seja dentro do aspecto acadêmico, científico e arqueológico o qual motivou essa pesquisa.

⁴ Todos os nomes dos residentes que forneceram informações e possuem coleções arqueológicas foram substituídos por questões éticas de pesquisa preservando a identidade dos mesmos.



É importante que se pense em projetos e estudos voltados para o patrimônio e arqueologia, para que esses indivíduos possam refletir sobre o contexto histórico de suas localidades, pois esses objetos são uma fonte de informação, “verdadeiros documentos que nos falam das tradições tecnológicas, das relações sociais e dos universos simbólicos dos povos que os produziram” (LIMA; BARRETO; BETANCOURT, 2016, p.20), mostrando as heranças deixadas e que estão no dia-a-dia.

Dentre os relatos, surgiram muitos que apontavam a grande incidência nos quintais de suas residências de fragmentos arqueológicos, porém, também não achavam serventia alguma para esses materiais: *“a gente vê muito essas pedras quebradas aqui pelo quintal... dá pra ver muito, óh! Mas não tem serventia por causa que já tão tudo quebrada né”* (Dona Maria).

Do ponto de vista das crianças, aqueles *“pedaços de pedras”*, como eles costumam chamar para os materiais arqueológicos eram parte de sua diversão: *“eu gosto de brincar com elas...De jogar lá no rio, é legal ver elas quicando”* (Juninho). Outra criança reafirma com entusiasmo o que o primeiro garoto fala, usando outro termo para identificar o caco de cerâmica: *“É que a gente faz competição entre nós, quem vai jogar esses pedregulhos mais longe ou então a gente joga na garrafa mesmo”* (Artur).

Entre as crianças que conversei, elas contam sobre a sua coleção particular, geralmente escolhe as com desenhos (grafia) mais elaborados e diferentes: *“os que são mais bonitos eu guardo. Nenhuma é igual, todas são diferentes. Não tenho nenhum repetido”* (Marcos).

Uma das senhoras participantes da pesquisa deu uma outra versão de como os cacos de cerâmicas são manuseados: *“eu já sabia que isso era resto dos povos que já morreram, eu num gosto muito não, as vezes meus netos trazem pra casa pra jogarem no rio, ou até mesmo pra jogarem por ai pelo quintal, mas eu já disse pra eles, que quando o bicho vim puxar o pé dele, eu num vou ajudar, quem manda ele tá mexendo no que não é da conta dele. Com gente morta a gente não brinca né”* (Marilda). É perceptível o imaginário atrelado com a religião na fala desta pessoa, o semblante sério e amedrontado, temendo o sobrenatural, é uma crença, um temor que vai sendo repassado aos filhos e netos.

Embora não demostrem muito interesses pelos artefatos e com frequência tendem afirmar a pouca serventia para os objetos, é notório que as pessoas sabem que aqueles vestígios fragmentados são resultado de ocupações indígenas e dão ressignificações e até mesmo utilidades para os objetos. Um exemplo disto é que esses materiais são utilizados em aterros de



casas, a qual muitos foram cimentados, na construção de pisos, ou mesmo nas brincadeiras das crianças. Joanna Troufflard analisa que:

A relação que os moradores têm com os vestígios arqueológicos raramente é neutra: guardam, descartam, temem. Também se sabe que os lugares onde se concentram vestígios arqueológicos podem ser associados a visagens. Uma análise das histórias ligadas aos sítios e objetos iria sem dúvida fornecer informações pertinentes para o estudo da relação entre moradores e peças arqueológicas (TROUFFLARD, 2012, p.67).

Dentre tantos relatos e conversas com os moradores, o que mais chamou atenção, foi de um senhor que afirmou que um vizinho ao escavar para construir uma fossa negra no quintal, deparou-se com um grande pote e que dentro dele havia ossos humanos, mas à medida que iam mexendo para retirá-los, foram se desfazendo. Quando foi indagado onde estava este pote, ele disse que não sabia o que tinham feito com ele. Muito embora possa parecer que ele ficara com receio de dizer o que havia acontecido, e também não quis informar onde o pote tinha sido encontrado. Acredita-se que esse receio possa estar relacionado à lei de proteção do patrimônio arqueológico, mesmo que não tenham domínio sobre a mesma. Bezerra (2011) esclarece que:

A legislação brasileira protege o patrimônio arqueológico, quer ele esteja em propriedade pública ou privada, e os agentes da destruição são punidos por meio de processos judiciais, que implicam desde a aplicação de multas até a decretação de prisão (conforme Decreto Lei 3.924/1961). (BEZERRA, 2011, p. 58).

A legislação⁵, portanto, não permite que se guarde os materiais encontrados, tão pouco se façam coleções dos mesmos, apenas pessoas autorizadas ou instituições de salvaguarda têm permissão para a posse de bens arqueológicos, do contrário os artefatos encontrados, pertencem à União, isso também acontece em relação a manutenção e preservação dos sítios.

⁵ Cf. BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Editora do Senado, 1988; BRASIL. Lei nº 3.924 de 26 de julho de 1961. Dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L3924.htm. Acesso em: 16 nov. 2015; PORTARIA IPHAN/MIC nº 230/2002, de 17/12/2002, sobre os procedimentos arqueológicos necessários ao licenciamento ambiental e o escopo das pesquisas a serem realizadas durante as diferentes fases de licenciamento de obra. Disponível em: <http://arqueologiabrasil.com.br/arqueologia/Leis.shtm>. Acesso em: 16 nov. 2015; PORTARIA IPHAN/MinC 07, de 01/12/1988, que normatiza e legaliza as ações de intervenção junto ao patrimônio arqueológico nacional. Disponível em: <http://arqueologiabrasil.com.br/arqueologia/Leis.shtm>. Acesso em: 16 nov. 2015; PORTARIA IPHAN/MinC nº 375, de 17/08/2018, que institui a política de patrimônio cultural material do IPHAN e dá outras providências. Disponível em: http://portal.imprensanacional.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/41601273/do1-2018-09-20-portaria-n-375-de-19-de-setembro-de-2018-41601031. Acesso em: 01 nov. 2018.



Talvez eles já tenham ouvido comentários sobre esta questão, já que muitos ao falarem sobre os materiais, pediram para que não fossem citados, muitos até se recusaram a dar seus nomes, após alegaram que peças eram vendidas ou levadas como presentes por visitantes que passavam pela comunidade. A preocupação neste sentidos é dos moradores sofrerem alguma represália pelo ato de guardarem em casa esses materiais, muito embora “considero que, apesar de a coleta de material arqueológico ser proibida pela lei, no tipo de caso exposto, este ato é mais um fenômeno de apropriação coletiva do patrimônio pelos moradores do que uma ação destrutiva” (TROUFFLARD, 2012, p.67), o que significa que “quando o patrimônio arqueológico passa a fazer parte da vida da população mais ativamente, são ativados sentimentos de pertencimento e de artefatos que são, a nosso ver, o melhor caminho para a sua efetiva preservação” (LIMA; BARRETO; FERNANDES, 2018, p.159).

Uma jovem da comunidade chamada Bianca, mãe das crianças que colecionam as peças apresentadas neste trabalho, mostrou a foto de uma possível urna funerária (figura 03) que foi encontrada próximo a uma residência. A imagem não tem boa resolução, mas é perceptível que estava com a metade da peça para fora da terra, uma vez que ao descobri-la os moradores foram retirando a terra no entorno. Ao relatar ela riu do que as pessoas falaram quando encontraram a urna, “eles achavam que dentro tinha moedas de ouro, mas quando viram que era só ossos ficaram com medo”.

Figura 03: Possível urna funerária enterrada inteira.



Fonte: S. P. Liz (2017).

Ao ser perguntada se sabia onde estava a urna ela disse em um primeiro momento, que não sabia o que tinha sido feito, que talvez tenham enterrado de volta, mas não disse a localidade



onde ela foi encontrada. A medida em que as visitas no Distrito se tornavam mais frequentes e constantes, ela sentiu-se mais à vontade para revelar que a urna na verdade, estava danificada. A mesma fora quebrada pelas crianças, que curiosas insistiam em tocá-la, restando somente a parte que ainda estava coberta pela terra (figura 04), já que o material que estava parcialmente exposto tinha se perdido devido a ação humana.

Figura 04: Fragmentos do artefato arqueológico – urna funerária.



Fonte: D. C S. de Souza (2018).

Conhecendo as coleções domésticas de cerâmica arqueológica

As cerâmicas presentes nas coleções particulares do Distrito de Freguesia do Andirá, têm cacos de cerâmica ou líticos com proporções aproximadas entre 3 cm à 15 cm, variam de um único item a sessenta e nove (69) peças. As peças estão armazenadas em caixas, sacos plásticos, depósitos improvisados ou em armários. Envolto em papéis ou panos. Largadas em qualquer canto da casa ou em lugares específicos.

Algumas apresentam desenhos zoomorfos, outras antropomorfos, modelados ou não. Com decorações incisadas ou excisadas. A relação com a natureza é perceptível e presente nas peças encontradas nas coleções domésticas do Distrito de Freguesia, não apenas por ser dela que se retiram os elementos para produção das peças, mas também pelos significados místicos e culturais que as populações humanas lhes atribuíam.



A coleção arqueológica particulares, acima expostas, são, em sua maioria encontradas, nas propriedades dos próprios colecionadores, a coleção das crianças (Figura 05), netas do senhor Valdir, por exemplo, é uma dessas.

Figura 05: Coleção das netas senhor Valdir



Fonte: D. C S. de Souza (2018).

As crianças têm entre 3 a 11 anos, geralmente ao brincarem pelo terreno desnivelado e com queda considerável para o rio Andirá, encontram os cacos decorados e modelados aflorando da terra, por entre as árvores frutíferas do quintal. Como são brincadeiras cotidianas, peças novas todos os dias vão sendo agregadas a coleção que hoje fica sob a guarda do seu Valdir, que após as conversas se mostrou interessado em guardar os materiais recolhidos pelas netas. Para as crianças, a importância de guardá-la está ligada as decorações diferenciadas das peças que são descritas como “*pedras bonitas*”. O que diferencia de outras crianças que utilizam os fragmentos para brincadeiras no rio, ou como instrumento para atingirem alvos diversos.

Estes materiais são peças pequenas com incisões e ponteados, em algumas delas apresentam traços com cor, por terem sido produzidas e decoradas com pinturas que por estarem expostas na superfície algumas estão mais desbotadas que outras. Há ainda peças com coloração escuras, resultados da exposição ao fogo. Atualmente são trinta e cinco peças fragmentadas coletadas pelas crianças e que são guardadas pelo avô, em um recipiente plástico, o que segundo ele protege da umidade.



Na coleção sob a guarda de Mirian (Figura 06), há uma preocupação em coletar para “*amostrar para as pessoas que queiram saber sobre a comunidade*”. Ela discorreu sobre a história da comunidade, sobre o motivo do distrito se chamar “Freguesia do Andirá”, local que, segundo ela, era cheio de mata fechada e com grandes morcegos chamados Andirá. Onde existe muita cerâmica de índio, principalmente, na frente da comunidade, local onde ela morou por muito tempo, até mudar para a nova propriedade que também tem vestígios aflorados. Foi neste novo espaço que ela iniciou sua coleção, fazendo coisas corriqueiras do dia-a-dia, limpando o quintal, capinando e fazendo plantações. Ao perceber os materiais se interessou nas suas formas diferenciadas, como as sociedades indígenas eram inteligentes e aprenderam a mexer com a terra em seu benefício.

Figura 06: Coleção Mirian



Fonte: D. C S. de Souza (2018).

Sua coletânea possui treze peças, compostas por fragmentos cerâmicos, machadinhas líticas. Todos armazenados em sacolas individuais que ela guarda em casa para exibir para quem se interesse pelos vestígios, queira fotografá-los e ouvir as histórias a respeito dos mesmos.

A maior coleção apresentada neste trabalho é a coleção (Figuras 07 e 08) do adolescente de 11 anos, Ronaldo, ele possui sessenta e nove fragmentos cerâmicos. O menino começou a guardar as cerâmicas, por apresentarem semelhanças a animais da floresta e de animais criados nos quintais, como é o caso dos galos. Em sua coleção há uma variedade de peças modeladas,



que confirmam o interesse do mesmo pelas peças. Ronaldo diz que sua coleção foi se formando a partir dos materiais recolhidos no quintal de casa e ruas, onde ele afirma já ter visto urnas e potes grandes, que apareceram quando estavam pavimentando as ruas do lugar. Esses materiais arqueológicos, foram enterrados novamente pelos trabalhadores que escavavam as ruas do Distrito, permanecendo ali, inclusive onde por enquanto não se deu continuidade a pavimentações, estando sujeito a aparecerem de novo com as constates chuvas no local.

Figura 07: Coleção Ronaldo



Fonte: D. C S. de Souza (2018).

Figura 08: Coleção Ronaldo



Fonte: D. C S. de Souza (2018).

O menino cita que muitos dos fragmentos que encontrou estavam em uma praia conhecida como *Praia da Gaivota*, local que frequentemente visitam para passeio, próximo da comunidade. Sua coletânea possui elementos dos mais variados tamanhos e estão guardados em um saco plástico transparente (de supermercado) e são alojados embaixo do assoalho para proteção.

O menino Ricardo possui uma coleção (Figura 09) com nove exemplares. Teria mais se sua mãe não tivesse se desfeito das peças, ela (mãe) disse que “*não gosta que o filho guarde coisas de pessoas que já morreram*” (Úrsula), por isso insiste em não deixar que leve os materiais para casa. Sua coleção fica em lugares escondidos pelo quintal, em sacos plásticos para que não fique em contato com o chão e a umidade, também gosta de guardar por achá-los bonitos. Em sua maioria foram encontradas nas ribanceiras da localidade e na praia.



Figura 09: Coleção do Ricardo



Fonte: D. C S. de Souza (2018)

O material guardado por Salete (Figura 10), possui um item e chama atenção pelo tamanho e peso. O fragmento de machado lítico, polido e afiado, parece ainda ser capaz de exercer a sua funcionalidade de corte, mesmo não estando inteiro. A mesma expõe o objeto na varanda de sua casa, como um item de decoração afirmando que achou o mesmo no quintal.

Figura 10: Coleção Salete



Fonte: D. C S. de Souza (2018).

Na coleção (figuras 11 e 12) da professora Elizabete, contém trinta e um fragmentos, os quais segundo a mesma foram coletados em diferentes lugares, como no quintal de sua casa, de familiares, praia e na rua. Como é professora de História, possui leitura sobre os vestígios, ela



destaca a importância das peças para contar a história local, da região e dos grupos humanos que por ali passaram, portanto o seu acervo foi composto visualizando pesquisas, pois a professora entende que depois que eles (residentes) retiram os materiais do solo, os vestígios saem do contexto para estudos arqueológicos, portanto sua intenção de guarda vislumbra estudos sobre os vestígios arqueológicos na comunidade. Sua coleção está guardada em um armário, no quarto da mesma, local onde todas as peças estão em voltas por papeis e papelão, a fim de manter a sua conservação.

As peças encontradas nas diferentes coleções da comunidade estão fragmentadas. Em algumas percebe-se desenhos – traços gráficos, tanto na borda quanto nas laterais ou superfícies das peças. Pode-se notar a presença de modelagens zoomorfas, antropomorfizadas (botos, galo, jacaré e carinhas deformadas - “caretinhas”), que é uma “representação de seres fantásticos compostos por formas humanas e animais” (NEVES, 2006, p. 20), além de cacos de vasilhas e vasos, também é possível identificar entre os cacos que compõem as coleções indicativos do contato com o colonizador europeu, como os cachimbos de argila.

Figura 11: Coleção Elizabete



Fonte: D. C S. de Souza (2018).

Figura 12: Coleção Elizabete



Fonte: D. C S. de Souza (2018).

Abaixo um quadro resumo das coleções arqueológicas estudadas (quadro I).



Quadro I - Descrição das Coleções Arqueológicas Catalogadas

Coleção	Guarda	Quant.	Componentes	registro
1º	Valdir	35	Esta coleção exibe 16 bordas, algumas aplicadas, com duas peças incisas ponteadas, uma retilínea e três ponteadas alongadas. 14 fragmentos cerâmicos, com cinco peças incisas e nove lisas, dentre as quais estão três fragmentos que constituem a mesma peça. 1 fragmento de vasilha onde aparece uma face antropomorfa, composto por olhos com incisões circular e ponteadas no centro, além do nariz. 4 apliques modelados, um apêndice antropomorfo, com olhos nariz e boca aparentes, e um leve achatamento na altura das orelhas. Um zoomorfo e dois cônicos, um liso e outro com incisões.	36 fotos
2º	Mirian	13	Apresenta 1 suporte cônico, 1 borda incisa ponteadas, 4 apliques, sendo dois zoomorfos, um com coloração preta devido a queima. 1 fragmento inciso, 2 líticos polidos possivelmente utilizados como possível moedor de sementes e 4 fragmentos de machado.	14 fotos
3º	Ronaldo	69	24 fragmentos de bordas com incisões retilíneas (horizontais, verticais e diagonais) e ponteadas, algumas sendo aplicadas e outras extrovertidas, possivelmente uma das peças seja fragmento de um vaso de gargalo, por ter alongado sua borda. 32 fragmentos de vasilhas, de tamanhos pequenos e medianos, sendo que um apresenta pintura vermelha além de oito bases simples, alguns apresentam incisões retilíneas. 2 fragmentos de pratos com incisões. 11 apliques, as quais alguns apresentam formas modeladas (espiral e etc.) zoomorfas, de elementos como alça e cônicos, além de um fragmento cerâmico com incisa, com um aplique modelado, a peça tem formato semicircular.	58 fotos
4º	Ricardo	9	A coleção é composta por 1 pequeno fragmento com incisões perpendiculares, 1 fragmento de vasilha com contorno simples, 2 bordas extrovertidas lisas, 1 borda aplicada com incisões, 1 borda com ponteadas alongadas, além de 1 borda com incisões retilíneas e ponteadas. Tal peça apresenta decoração zoomorfa, parecido com urubu rei, onde os olhos são constituídos por incisões circular e ponteadas profundo no meio e com nariz aplicado com uma incisão na vertical ao meio. A coleção é composta ainda por 2 suportes cônicos.	10 fotos



5°	Salete	1	1 machado polido	4 fotos
6°	Elizabete	31	22 fragmentos de vasilhas que apresentam incisões retilíneas (horizontais, verticais e diagonais) e ponteados, 3 apliques, sendo dois cônicos e um zoomorfo. 5 bordas compostas por incisões retilíneas e ponteadas, alongadas e lisas e 1 cachimbo.	33 fotos

Algumas considerações finais

Diante do exposto, pode-se concluir que Freguesia do Andirá é mais uma das várias comunidades, vilas, cidades construídas sobre sítios arqueológicos, devido grande faixa de TPI, resultado de ocupação prolongada por grupos humanos no passado e da incidência frequente de vestígios arqueológicos por toda extensão da comunidade e que facilitam a coleta desses objetos, formando assim as coleções particulares.

A importância desse trabalho é contribuir, dentro dos limites da pesquisa, para fornecer informações para outros trabalhos acadêmicos sobre este tema e incentivar pesquisas desta natureza nesta e em outras comunidades amazônicas, abrindo espaço para reflexões sobre as políticas desenvolvidas para quem convive, coleciona e mantém uma relação de cuidado com os artefatos, além, também, de somar para a valorização da histórica local e da Amazônia. As conversas que se tornaram frequentes com os moradores indicam que um novo olhar se abriu para os que convivem com esse patrimônio arqueológico, o qual serão agentes ativos para a sua conservação e guarda.

Por fim, embora não se tenha encontrado nenhuma urna ou vaso parcialmente inteiro, é satisfatório a maneira pela qual os residentes zelam e se relacionam com esses materiais arqueológicos, com as quantidades e variedades de peças das coleções que foram encontradas, algumas muito bem elaboradas e outras menos, porém todas contam um pouco da história do lugar que hoje se conhece como Distrito de Freguesia do Andirá.

Agradecimento: *a realização deste trabalho só foi possível graças à colaboração dos moradores do Distrito de Freguesia do Andirá, que foram bastantes participativos e ajudaram a dialogar com os colecionadores da localidade. Aos colecionadores, que ofereceram informações, permitiram e autorizaram que suas coleções fizessem parte deste trabalho, a eles a gratidão das autoras.*



Referências

BEZERRA, Marcia. As cores do passado na Amazônia: o patrimônio arqueológico no artesanato da vila de Joanes, ilha do Marajó, Brasil. In: **Amazônia Revista Antropológica** (Online) 6 (2): 418-44, 2014.

_____. Os Sentidos Contemporâneos das Coisas do Passado: reflexões a partir da Amazônia. **Revista Arqueologia Pública**, v. 7, p. 107-122, 2013.

_____. “As Moedas dos Índios” Um estudo de caso sobre os significados do patrimônio arqueológico para os moradores da Vila de Joanes, Marajó, Brasil. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, v. 6, p. 57-70, 2011.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Editora do Senado, 1988;

BRASIL. Lei nº 3.924 de 26 de julho de 1961. Dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L3924.htm. Acesso em: 16 nov. 2015.

GOMES, Denise Maria Cavalcante. **Cerâmica Arqueológica da Amazônia: Vasilhas de Coleção Tapajônica MAE- USP**. São Paulo: Editora da USP: Fapesp: Imprensa Oficial do Estado, 2002.

KÄMPF, Nestor; KERN, Dirse Clara. O solo como registro da ocupação humana pré-histórica na Amazônia. In: P. TORRADOVIDAL, L. R. F. ALLEONI, M. COOPER & A. P. SILVA (Ed.): **Tópicos em ciência do solo**: 2005, 1. ed., v. 4: 277-320. Sociedade Brasileira de Ciência do Solo, Viçosa.

LIMA; Helena P.; BARRETO, Cristiana; FERNANDES, Camila. Museus no século 21: ações pela salvaguarda e socialização do acervo arqueológico do Museu Goeldi. **Revista do Patrimônio: O patrimônio do norte: outros olhares para a gestão**. nº 38, 2018. p. 145-161.

LIMA, Helena Pinto; BARRETO, Cristiana; BETENCOURT, Carla. Cerâmicas arqueológicas da Amazônia: rumo a uma nova síntese. In: BARRETO, Cristiana; LIMA, Helena Pinto; BETENCOURT, Carla (Orgs.). **Cerâmicas arqueológicas da Amazônia: rumo a uma nova síntese**. Belém: IPHAN: Ministério da Cultura, 2016. p.19-31.

LIMA, Helena; SILVA, Carlos. **Levantamento Arqueológico do Médio Amazonas**. Manaus, IPHAN 1a SR, Relatório não Publicado, 2005.



NEVES, Eduardo Góes. **Arqueologia da Amazônia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006.

MORAES, C. de P.; NEVES, E.G. O ano 1000: Adensamento populacional, interação e conflito na Amazônia Central. **Revista Amazônica**, v. 4, n. 1, 2012, p. 122-148.

PORTARIA IPHAN/MIC nº 230/2002, de 17/12/2002, sobre os procedimentos arqueológicos necessários ao licenciamento ambiental e o escopo das pesquisas a serem realizadas durante as diferentes fases de licenciamento de obra. Disponível em: <http://arqueologiabrasil.com.br/arqueologia/Leis.shtm>. Acesso em: 16 nov. 2015.

PORTARIA IPHAN/MinC 07, de 01/12/1988, que normatiza e legaliza as ações de intervenção junto ao patrimônio arqueológico nacional. Disponível em: <http://arqueologiabrasil.com.br/arqueologia/Leis.shtm>. Acesso em: 16 nov. 2015.

PORTARIA IPHAN/MinC nº375, de 17/08/2018, que institui a política de patrimônio cultural material do IPHAN e dá outras providencias. Disponível em: http://portal.imprensanacional.gov.br/materia/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/41601273/do1-2018-09-20-portaria-n-375-de-19-de-setembro-de-2018-41601031. Acesso em: 01 nov. 2018.

TROUFFLARD, Joanna. O que nos dizem as coleções da relação entre moradores e vestígios arqueológicos na região de Santarém, Pará? In: SCHAAN, Denise P. **Arqueologia, Patrimônio e Multiculturalismo na Beira da Estrada: pesquisando ao longo das rodovias Transamazônica e Santarém-Cuiabá, Pará**. GKNoronha, Belém, 2012. p. 57-72.

Trabalho apresentado em 23/04/2018

Aprovado em 17/06/2018



MARUPIARA

REVISTA CIENTÍFICA DO CENTRO DE ESTUDOS
SUPERIORES DE PARINTINS